



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes

Documento 257022

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -
PREGÃO ELETRÔNICO 05/2022**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes, com sede na Praça Tiradentes, nº 416, Bairro Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes, MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.648.539/0004-58, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Luiz Flávio Reis Fernandes, nomeado pela Portaria nº 1.307, de 10/08/2018, publicada no Diário Oficial da União, página 24, seção 2, em 14/08/2018, portador da matrícula funcional nº 1748573, considerando o julgamento da licitação em epígrafe, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para registro de preços, processo administrativo n.º 23344.000375.2022-06, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de rações e suplementos minerais para animais, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão nº 05/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ 28.326.512/0001-61 – Razão Social ANDRASCHKO E ANDRASCHKO LTDA					
Itens do órgão gerenciador: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes – UASG 158305					
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
17	<u>Ração Bovina</u>	Saca com 40 kg	400	130,50	52.200,00
Marca: SOCIL Fabricante: ADM Modelo / Versão: VIALAC NOVILHA Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ração peletizada para NOVILHO DE CORTE, mínimo 18% de proteína bruta, extrato etéreo mínimo de 1,5%, matéria mineral máximo 16%, fibra bruta máxima 18%, cálcio máximo 2%, fósforo mínimo 0,7%, FDA máximo 10%, FDN máximo 25% (saca 40 kg).					
21	<u>Ração Peixe</u>	kg	60	7,37	442,20

Marca: SOCIL Fabricante: ADM Modelo / Versão: LAGUNA LARVAS POS LARVAS 55 Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: RAÇÃO PEIXE. Ração para peixes extrusada. Aplicação: Alevinos. Mínimo de 40 % de proteína bruta. Forma física: Em Pó. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fornecido em sacaria de 20, 25 ou 40 kg.					
22	Ração Peixe	Kg	50	6,80	340,00
Marca: SOCIL Fabricante: ADM Modelo / Versão: LAGUNA ONIVOROS ALEVINOS 36 2,6MM Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: RAÇÃO PEIXE. Ração para peixes extrusada. Aplicação: Alevinos. Mínimo de 36 % de proteína bruta. Forma física: Pelete 2 mm. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fornecido em sacaria de 20, 25 ou 40 kg.					
23	Ração Peixe	Kg	500	5,20	2.600,00
Marca: SOCIL Fabricante: ADM Modelo / Versão: LAGUNA PEIXES BRASILEIROS 32 4MM Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: RAÇÃO PEIXE. Ração para peixes extrusada. Aplicação: Criação de peixes. Mínimo de 32 % de proteína bruta. Forma física: Pelete 3 a 4 mm. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fornecido em sacaria de 20, 25 ou 40 kg.					
24	Ração Peixe	Kg	910	4,75	4.322,50
Marca: SOCIL Fabricante: ADM Modelo / Versão: LAGUNA SPORT 28 6MM Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: RAÇÃO PEIXE. Ração para peixes extrusada. Aplicação: Criação de peixes. Mínimo de 28 % de proteína bruta. Forma física: Pelete 4 a 6 mm. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fornecido em sacaria de 20, 25 ou 40 kg.					
25	Ração Peixe	Kg	4.600	4,50	20.700,00
Marca: SOCIL Fabricante: ADM Modelo / Versão: LAGUNA SPORT 28 6MM Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: RAÇÃO PEIXE. Ração para peixes extrusada. Aplicação: Criação de peixes. Mínimo de 28 % de proteína bruta. Forma física: Pelete 6 a 8 mm. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fornecido em sacaria de 20, 25 ou 40 kg.					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes (itens 1 a 27 e 42).

3.2. São órgãos participantes do registro de preços:

3.2.1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Machado (itens 28 a 31);

3.2.2. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Confresa (itens 32 a 41).

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura pelo adjudicatário, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1., 6.7.2. e 6.7.4. será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em única via, na forma digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Inconfidentes, 13 de junho de 2022.

Luiz Flávio Reis Fernandes

Diretor-Geral

Informações do Licitante:

Razão Social: ANDRASCHKO E ANDRASCHKO LTDA

CNPJ: 28.326.512/0001-61

Ass. representante:	
---------------------	--

Nome legível: Iuri Alves Andraschko

CPF: 011.766.371-93

Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais